

Identidade, gauchismo e os avessos da história em *Contos Gauchescos*, de Simões Lopes Neto

Cristiane da Silva Alves

Submetido em 23 de agosto de 2016.

Aceito para publicação em 23 de agosto de 2017.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 54, outubro de 2017. p. 234-247

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

(a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.

(b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

(c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

(d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>
Segunda-feira, 23 de outubro de 2017
20:59:59

IDENTIDADE, GAUCHISMO E OS AVESSOS DA HISTÓRIA EM *CONTOS GAUCHESCOS*, DE SIMÕES LOPES NETO

IDENTITY, GAUCHISMO AND THE THE SEAMY SIDE OF HISTORY IN *CONTOS GAUCHESCOS*, BY SIMÕES LOPES NETO

Cristiane da Silva Alves¹

RESUMO: Partindo dos estudos de Benedict Anderson e de Stuart Hall, entre outros, este artigo busca analisar alguns aspectos da construção identitária do gaúcho, conforme foi consolidada ao longo do tempo pelo imaginário e pela literatura. Para tanto, relembra-se alguns momentos e obras em que o homem dos pampas ganha destaque para, em seguida, examinar os *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, verificando especialmente o modo como o autor constrói ficcionalmente o gaúcho, filiando-se à tradição regionalista e, ao mesmo tempo, rompendo com esta.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura sul-rio-grandense; João Simões Lopes Neto; *Contos Gauchescos*; gaúcho.

ABSTRACT: Starting from the studies of Benedict Anderson and Stuart Hall, among others, this article seeks to analyze some aspects of identity construction of the gaúcho, as was consolidated throughout the time by imaginary and literature. For that, it recalls some moments and works in which the man of the pampas is highlighted and, then, examines *Contos Gauchescos*, by João Simões Lopes Neto, checking especially the way as the author builds fictionally the gaúcho, joining with the regionalist tradition and, at the same time, breaking with this.

KEYWORDS: South Brazilian literature; João Simões Lopes Neto; *Contos Gauchescos*; gaúcho.

1. Introdução

Este artigo examina os *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, averiguando, especialmente, o modo como o autor constrói ficcionalmente o gaúcho, filiando-se à tradição regionalista e, ao mesmo tempo, rompendo com esta. Com base nos estudos de Benedict Anderson e de Stuart Hall, entre outros, observa-se, inicialmente, alguns aspectos que envolvem a construção da identidade. Em seguida, busca-se analisar a formação identitária do gaúcho, observando como esta foi consolidada ao longo do tempo pelo imaginário e pela literatura. Relembra-se, para tanto, alguns momentos e obras em que o homem dos pampas ganhou destaque. Finalmente, verifica-se em que medida o gaúcho esboçado por Simões Lopes Neto se assemelha e/ou se distancia dos seus predecessores.

Na obra *Comunidades Imaginadas*, na qual o historiador Benedict Anderson (2008, p. 30) propõe uma reflexão sobre as origens e a difusão do nacionalismo, ele

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Substituta de Literatura Brasileira nesta mesma instituição. E-mail: cristianesalves@gmail.com.

afirma que “tanto a nacionalidade – ou, como talvez se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional [*nation-ness*] – quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos.”. Ainda, ao buscar uma definição para nação, Anderson (2008, p. 32) assegura que se trata de “uma comunidade política imaginada”. Aquilo a que comumente chamamos “identidade nacional” é, por conseguinte, uma construção ideológica, *imaginada* porque, conforme lembra Anderson (2008, p. 32), “mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”.

Stuart Hall, por sua vez, ao produzir as suas reflexões sobre o tema, na obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, ressalta que

a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *idéia* da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (HALL, 2006, p. 49).

Ainda que se trate de um construto cultural, portanto, essa construção é um forte mecanismo de coesão e controle, uma vez que estabelece um elo entre os indivíduos, que é mantido com o auxílio de elementos organizados em torno da “comunidade”, através dos quais se reconhece a “filiação comum”, a “mãe pátria” à qual pertencem seus integrantes. Essa ligação entre os membros do grupo se faz notar por meio de símbolos cuidadosamente escolhidos, oficializados e disseminados pelo Estado, tais como o idioma, a bandeira, o hino, entre outros. Selecionam-se, assim, ou mesmo forjam-se, determinadas tradições e padrões culturais e sociais que são adotados em prol de uma determinada coletividade como forma de mantê-la unificada, unida por ideais e signos “comuns”, identificando os membros de certo espaço territorial ao mesmo tempo em que os diferenciam de outros, de territórios diversos. Trata-se, em larga medida, de mecanismo de defesa do Estado, a fim de alcançar, entre outros, a proteção de seus limites e/ou sua soberania contra possíveis “invasores”. Para tanto, cuida-se de incutir nos “filhos da nação”, principalmente, o orgulho, o senso de dever e de proteção para com seus símbolos, com os quais passam a identificar-se e sobre os quais há de pairar certo “instinto” de preservação, prestes a ser ativado se e quando se fizer necessário. Como oportunamente lembra Hall,

[a]s culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Estes sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2006, p. 51)

Essas identidades se fazem sentir fortemente em determinados membros e/ou congregações e se mantêm através de práticas e valores transmitidos ao longo dos tempos, passados de uma geração para outra, de tal modo que hábitos, crenças e ensinamentos são frequentemente reforçados, sobretudo, quando fatores externos à comunidade ameaçam de algum modo a integração e/ou “identidade” do grupo. Foi assim, por exemplo, que se robusteceu no Rio Grande do Sul um ímpeto de defesa contra a irrupção de ideias e costumes norte-americanos que, em meados dos anos 1940,

estavam brotando em terras brasileiras. Entre nós, contudo, em lugar do sentimento de nacionalidade propriamente dito, prevaleceu um sentimento “maior”: o *gauchismo*.

2. De como e por que se fortaleceu o *gauchismo* e se consolidou a apregoada identidade gaúcha

Diante da “ameaça” norte-americana, ou seja, da invasão cultural que se alastrava mais e mais pelo território brasileiro na década de 1940, a “identidade gaúcha” de certos membros inflamou-se e, como consequência, houve um impulso em direção ao movimento tradicionalista que, a princípio, se instaurou tão somente como forma de tentar garantir e/ou preservar a figura do gaúcho contra a contaminação estrangeira. A este respeito, o folclorista Luiz Carlos Barbosa Lessa (1998, p. 75) lembra que “[s]ob o prestígio da vitória alcançada na Segunda Guerra Mundial, a cultura norte-americana começara a entrar avassaladoramente em nosso País e nos cercava por todos, todos os lados. Na música, no disco, no cinema, nas histórias-em-quadrinhos, na moda, na gíria, em tudo.”. Insurgindo-se contra tal incursão, um jovem “prende o grito”, em 1947. Tratava-se de João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes, então aluno do Colégio Estadual Júlio de Castilhos e funcionário da Secretaria da Agricultura. Foi ele quem “mostrou novamente a Porto Alegre a bandeira rio-grandense, desaparecida já havia dez anos.” (LESSA, 1998, p. 75).

Estava dado, assim, o primeiro passo para que se iniciasse o movimento tradicionalista e, meses depois, fosse criado o Centro de Tradições Gaúchas, o CTG 35, primeiro de uma série que viria posteriormente para “valorizar e prestigiar a figura humana do gaúcho.” (LESSA, 1998, p. 76). Ao que tudo indica, não se buscava naquele momento salvaguardar a figura do brasileiro ou mesmo os interesses do país, ante a temida influência dos norte-americanos. A preocupação primeira de Barbosa Lessa e de Paixão Côrtes, ao fundarem o movimento tradicionalista, era mais restrita; tratava-se de uma tentativa de reconhecimento e de preservação daquilo que consideravam a sua própria “nação” ameaçada, assim entendida como certo conjunto de costumes, crenças e valores do passado, que os dois carregavam em seu imaginário e/ou em sua memória e que consideravam como representativos do gaúcho.

Para melhor compreender a questão, é de grande valia a contribuição de Timothy Brennan (apud HALL, 2006, p. 58), que “nos faz lembrar que a palavra *nação* refere-se tanto ao moderno estado-nação quanto a algo mais antigo e nebuloso – a *natio* – uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento”. Essa “condição de pertencimento”, no caso dos sul-rio-grandenses, está diretamente ligada a um passado abundante de guerras e revoltas em que, constantemente, os homens se viam enredados em lutas pela manutenção e ampliação dos domínios, ora defendendo os interesses do Império, ora defendendo causas próprias contra esse mesmo Império. O percurso histórico e, em especial, o ideário que foi se construindo acerca desse tempo de disputas fronteiriças ou mesmo internas, contribuiu para que, com a passagem dos anos, se desenvolvesse e fortalecesse um misto de orgulho e de mágoa, bem como um sentimento de autodefesa que, de certo modo, se manteve no inconsciente coletivo, como se fosse uma brasa em ponto de espera, pronta para reacender ao menor sopro.

Não é por mero acaso, portanto, que mesmo nos dias de hoje ainda ocorrem disputas e discussões acaloradas envolvendo, de um lado, críticos e revisionistas que propõem desmistificar a historiografia sul-rio-grandense e, de outro, defensores

ardorosos da “tradição gaúcha” e das “nossas façanhas”, prontos para combaterem qualquer um que ponha em xeque a sua validade e/ou permanência. Cumpre-nos lembrar, contudo, que a aclamada “tradição gaúcha” não apenas é mais uma construção, como já dava mostras de enfraquecimento antes mesmo da afamada “ameaça” norte-americana do pós-guerra. Basta que se recue um pouco na História para constatar que, desde o advento do capitalismo, aquilo que se entendia como “identidade gaúcha” vinha gradativamente se diluindo em meio à massa e ao progresso que avançava de modo inevitável. Além disso, com um pouco mais de atenção e/ou isenção, não é difícil notar que o que se convencionou chamar “gaúcho” é, acima de tudo, fruto do ideário e das páginas literárias, que não necessariamente corresponde à realidade.

É forçoso recordar, particularmente, que o gentílico “gaúcho” nem sempre gozou da conotação positiva que lhe seria atribuída posteriormente. Ao contrário, em meados do século XVIII, quando dos primeiros registros de que se tem notícia acerca do termo, este era empregado para se referir ao homem de condição marginal, solto e sem pátria, que errava pelos campos abertos, sobrevivendo à custa de pilhagem e contrabando. O vocábulo, contudo, viria a ser dignificado por volta do final do século XIX, quando então se começava a esboçar a figura heroica do “gaúcho”. O termo, antes marginalizado, começava a ser utilizado para se referir ao homem sul-rio-grandense, a quem o imaginário popular e a literatura cuidavam de atribuir e exaltar certos hábitos e valores idealizados, que se foram transmitindo entre as diferentes gerações.

No que diz respeito à literatura, destaca-se, sobretudo, a atuação de José de Alencar que, muito embora não tenha conhecido pessoalmente o Rio Grande do Sul, empenhou-se para trazê-lo à tona em seu controverso livro intitulado *O Gaúcho*, publicado em 1870. O autor cearense foi “o primeiro a plasmar o tipo do monarca das coxilhas como tema orgânico do romance” (MEYER, apud CHAVES, 2001, p. 34). Foi ele, Alencar, quem primeiro concebeu, entre nós, o gaúcho como herói da trama, bem como se utilizou da imagem do “centauro” para representar o intenso vínculo estabelecido entre homem e animal:

Se o homem é o rei da criação, o cavalo serve-lhe de trono. Veículo e arma ao mesmo tempo, ele nos suprime as distâncias pela rapidez, e centuplica nossas forças. Para o gaúcho, especialmente para o filho errante da campanha, esse vínculo se estreita.

O peixe carece d'água, o pássaro do ambiente, para que se movam e existam. Como eles, o gaúcho tem um elemento, que é o cavalo. A pé está em seco, faltam-lhe as asas. Nele se realiza o mito da antigüidade: o homem não passa de um busto apenas; seu corpo consiste no bruto. Uni as duas naturezas incompletas; este ser híbrido é o gaúcho, o centauro da América (ALENCAR, [s/d], p. 37).

Veja-se que, apesar das não raras críticas dirigidas ao livro, a imagem idealizada com que José de Alencar teceu o seu herói, bem ao gosto dos românticos, se consolidou ao longo do tempo e foi aproveitada por outros autores. Mais caro ao gaúcho do que a própria mulher, o cavalo se consagrou, em diferentes obras, como o eterno e fiel companheiro de resistência, uma presença constante e de reconhecida importância em meio às conquistas e enfrentamentos com que o homem sulino atravessou os tempos. Dessa união emergiu a propalada figura do “centauro dos pampas”, o “monarca das coxilhas”, figura mítica, sobre-humana, dotada de valores que ultrapassam, não raro, aqueles de que se revestem os “homens comuns”. Resistente à luta, à natureza e à

solidão, assim se foi fixando o modelo do gaúcho, reforçado pelo imaginário popular e consagrado através de diferentes obras literárias.

É de se notar que mesmo Euclides da Cunha, quando da elaboração de seu livro *Os Sertões*, publicado já pelos idos de 1902, cuidou de registrar em suas páginas uma imagem não menos idealizada. Comparando o gaúcho ao sertanejo — “tipos díspares”, em sua opinião —, o autor descreveu o homem do sul como um “aventureiro” que

[...] rompendo pelas coxilhas, arreatadamente na marcha do redomão desensofrido, calçando as largas botas russilhonas, em que retinem as rosetas das esporas de prata; lenço de seda encarnado, ao pescoço; coberto pelo sombreiro de enormes abas flexíveis, e tendo à cinta, rebrilhando, presas pela guaiaca, a pistola e a faca — é um vitorioso jovial e forte. O cavalo, sócio inseparável desta existência algo romanesca, é quase objeto de luxo. Demonstra-o o arreamento complicado e espetaculoso. O gaúcho andrajoso sobre um “pingo” bem aperado está decente, está corretíssimo. Pode atravessar sem vexames os vilarejos em festa (CUNHA, 2001, p. 212).

Da mesma forma, destacou-lhe a valentia e o impulso guerreiro:

O gaúcho, o *pealador* valente, é, certo, inimitável, numa carga guerreira; precipitando-se, ao ressoar estrídulo dos clarins vibrantes, pelos pampas, com o conto da lança enristada, firme no estribo; atufando-se loucamente nos *entreveros*; desaparecendo, com um grito triunfal, na voragem do combate, onde espadanam cintilações de espadas; transmudando o cavalo em projétil e varanda quadrados e levando de rojo o adversário no rompão das ferraduras, ou tombando, prestes, na luta, em que entra com despreocupação soberana pela vida (CUNHA, 2001, p. 215).

A descrição de Euclides da Cunha firmou não apenas a “aura heroica” do homem sulino, já aventada por José de Alencar, como também a imagem do gaúcho despreocupado, fanfarrão, intrépido, que não se furtava à aventura ou a peleja, o mesmo modelo de homem que, anos mais tarde, viria a ser ilustrado por Érico Veríssimo em *O tempo e o vento*. Nesta obra, como se sabe, o autor recupera e transpõe para o universo ficcional importantes passagens da História e da política do Rio Grande do Sul, desde a sua fundação. Entre os inúmeros personagens que desfilam por suas páginas, Veríssimo dá vida ao atrevido, espirituoso e sedutor Capitão Rodrigo Cambará², figura arquetípica, fortemente ligada ao imaginário e à construção identitária do homem sul-rio-grandense.

Como já se antecipou, todavia, o foco deste trabalho é *Contos Gauchescos*, de Simões Lopes Neto, obra que a seguir será examinada com mais atenção. Nesta, igualmente, em meio a vultos históricos, há figuras reais e outras ficcionalmente elaboradas, se fez notar o gaúcho destemido, guerreiro, forte e defensor da liberdade, sempre pronto para a batalha, leal aos companheiros, fossem eles homens ou cavalos. Há outros aspectos, porém, não necessariamente heroicos, que também sobressaem na obra simoniana e que merecem atenção, conforme se verá no decorrer do artigo.

3. O gaúcho e os avessos da História em *Contos Gauchescos*

² Personagem título de “Um certo capitão Rodrigo”, uma das narrativas que dão corpo a *O Continente*, primeiro volume da saga.

Lançado em 1912, pela Livraria Universal, de Pelotas, *Contos Gauchescos* se inicia com um primeiro narrador (Simões?), responsável pela “apresentação” de Blau Nunes – “Patrício, apresento-te Blau, o vaqueano. [...] Patrício, escuta-o.” (LOPES NETO, 2003, p. 305-306). A partir de então, é Blau, o “digno velho” quem irá conduzir o restante da narração ao jovem interlocutor, em uma linguagem marcada pela oralidade e pelo vocabulário regional. Ao criar e dar voz ao velho Blau, Simões Lopes Neto realiza o que muitos críticos consideram a sua grande façanha, eis que atenua a distância existente entre o narrador e a matéria narrada. Quem narra, naquele caso, já não é o homem culto, estranho ao relato, mas, sim, o homem “comum”, conhecedor do tema e dos caminhos descritos, alguém que emerge do interior da história para melhor contá-la, proeza que nenhum de seus antecessores da chamada literatura regionalista havia realizado. De quebra, o autor garante a aproximação entre o narrador e o leitor, dirigindo-se a ele, interpelando-o. Maria da Glória Bordini, analisando a técnica narrativa empregada pelo autor de *Contos Gauchescos*, conclui que ele

[a]ntecipa no Brasil a técnica do diálogo evocativo, que, bem mais tarde, seria retomada por Guimarães Rosa. Não queremos dizer que sua produção se coloque ao nível artístico da contística de Rosa, embora alguns contos suportem a comparação em igualdade de condições. Mas vale registrar que, no aspecto puramente técnico, Simões apresenta o embrião de todos os recursos que viriam a colocar o *Grande Sertão: Veredas* entre as maiores obras de ficção narrativa da literatura mundial (BORDINI, 1973, p. 77-78)

Alfredo Bosi (1995), por sua vez, além de reconhecer o mérito do autor, estabelece uma comparação com Guimarães Rosa. Analisando certas dificuldades que, desde os primeiros passos, enfrentou o regionalismo brasileiro, cujos escritores só muito raramente conseguiam minimizar a distância entre o narrador culto e a matéria narrada, o crítico destaca duas exceções: Valdomiro Silveira, autor de *Caboclos*, e Simões Lopes Neto³, a quem Bosi proclama “o nosso maior regionalista antes de Guimarães Rosa” (1995, p. 12)

De fato, com um falar coloquial e ao mesmo tempo lírico, o autor gaúcho recria a sensação de quem ouve histórias ao pé do fogo, contadas pela voz do mais experiente, a exemplo do narrador descrito por Benjamin (1994), que muito viu, ouviu e vivenciou e, portanto, muito tem para contar. Assim, pela voz do sábio e experimentado narrador, transmite-se e preserva-se o legado cultural de sua terra e de sua gente, perpetuando a história, a matéria ancestral que, de outro modo, extinguir-se-ia, sem deixar registros. Detendo a palavra, o velho Blau Nunes principia uma série de contos (ou “causos”) em que a paisagem do sul se destaca como cenário e o gaúcho sobressai em episódios e/ou aventuras. Nestes, homem e cavalo, unidos sempre, avançam pelos campos, como uma só figura, tanto no desempenho das tarefas cotidianas, quanto em pelepas sangrentas.

Vale notar que, apesar do destaque que concedeu ao habitante dos pampas em sua narrativa, consagrando-o como um tipo ímpar, de caráter valoroso e de notáveis ações, o autor não perdeu de vista que existia um “outro lado da moeda”. De tal modo,

³ Como já apontara Antonio Candido (2002, p. 91) em “A literatura e a formação do homem”. Diferentemente de Bosi, ele não menciona a relação Rosa-Simões Lopes, mas ressalta a qualidade da ficção do autor gaúcho que, com o seu narrador Blau Nunes, “atenua ao máximo o hiato entre criador e criatura, dissolvendo de certo modo o homem culto no homem rústico. Este deixa de ser um ente separado e estranho, que o homem culto contempla, para tornar-se um homem realmente humano, cujo contato humaniza o leitor”.

nos momentos em que o gaúcho não está figurando entre aventuras e batalhas, deparamo-nos, não raro, com um homem despossuído de glórias e/ou posses. Apresenta-se, então, em lugar da “aura heróica”, a triste condição de um sujeito que pouco (ou quase nada) detém.

Não por acaso, Simões Lopes Neto elegeu para narrar os seus contos “um *gaúcho pobre*, que só tinha de seu um cavalo gordo, o facão afiado e as estradas reais”, conforme comenta Flávio Loureiro Chaves (2001, p. 162) em sua análise sobre a obra. Ao dar voz ao velho vaqueano, o autor deslocou a perspectiva da História para o olhar de alguém que a conhece de dentro, pelos seus avessos, como aponta Chaves. É sob o ponto de vista desse *gaúcho pobre*, Blau Nunes, que o leitor terá acesso às histórias (e à História) do povo sul-rio-grandense. Narrada não mais pelos “graúdos”, mas sim pelo homem “comum”, por aquele que participou ativamente dos episódios, sem lograr, no entanto, os merecidos louros, a História assume uma nova feição. De acordo com Chaves, a partir dessa perspectiva,

[a] História é observada de baixo para cima, sem heroísmos nem recompensas épicas, narrada pelos seus avessos, isto é, na palavra daqueles que a vivem mas não a comandam, simplesmente a sofrem, peças anônimas da engrenagem, gaudérios e gaúchos... (CHAVES, 2001, p. 162).

Ao longo de seus oitenta e oito anos, Blau Nunes esteve presente entre os principais acontecimentos da História sul-rio-grandense⁴. Seu olhar, contudo, desvia-se dos grandes feitos e busca captar os dilemas de homens como ele, seus companheiros de vitórias e infortúnios. Em que pese a menção a importantes heróis militares e seus combates, imortalizados pela História, é de gente do povo e suas histórias, dos homens humildes e de seus dramas, que se ocupa, em grande parte, o velho vaqueano. Sem deixar de enaltecer as virtudes e conquistas do gaúcho, Simões Lopes Neto também cuida de lhe apontar as falhas e os padecimentos. Em meio aos valores heroicos, positivos, em *Contos Gauchescos* sobressai, também, um quê de degradação. O que sobra, afinal, para o habitante dos pampas, após defender os pagos, as fronteiras, os interesses do Império? Resta, na maioria das vezes, um homem “despilchado”, como é o caso do narrador e tantos outros.

Não é sem motivo, portanto, que a sua narração frequentemente oscila entre a exaltação e a tristeza. Ainda que não critique, ou que não entenda os pormenores da História, não é difícil divisar, nas entrelinhas do relato, uma série de mudanças que acabaram por colocar o gaúcho pobre em uma situação ainda mais precária, por vezes humilhante. Ao tempo da narração, já as batalhas cessaram, batalhas estas que encobriam, de certo modo, as diferenças sociais entre peões e patrões, estancieiros e agregados, que, ao longo das intermináveis lutas, combatiam lado a lado, como “irmãos guerreiros”. Findos os combates, voltam os “graúdos” para suas terras e suas ocupações, enquanto os demais, “bichos brutos”, se não se colocarem a seu serviço, se não forem aproveitados de alguma forma nas estâncias, hão de penar campo afora.

Se a relação na guerra já não se mostra propriamente igualitária, uma vez que é calcada em disposições hierárquicas, em que se impõe verticalmente o papel de cada um, mais desigual há de se mostrar a relação entre estancieiros e gaúchos ordinários. Os muitos homens que ao tempo das batalhas são dignificados, por assim dizer, como

⁴ Conforme Flávio Loureiro Chaves (2001, p. 154), “as Guerras Cisplatinas (1817-1828), a Revolução Farroupilha (1835-1845), [e] a Guerra do Paraguai (1864-1870)”.

combatentes, guerreiros, que desempenham cada um a seu modo um importante papel na defesa do povo e do território, em tempos de paz voltam a constituir apenas a gauchada de base. Resta, então, uma grande massa de peões, agregados e homens “soltos”, à disposição e/ou sob o mando de uns poucos patrões, de uma minoria de grandes proprietários que, no topo, serve-se da mão de obra dos “desabotinados”, dos gaúchos despossuídos que, para garantir a própria sobrevivência, contam apenas com a força, a mão-de-obra, a honra e a lealdade que emprestam ao “patrãozinho” em troca de abrigo, comida e/ou algumas patacas.

É de se notar, ainda, que entre esses poucos atributos que o peão tem a oferecer, são a honra e a lealdade, aparentemente, os fatores preponderantes para a conquista e/ou permanência de uma função junto ao patrão. É, sobretudo, a confiança entre ambos que sustenta a relação de trabalho (ou proteção) e, não por mero acaso, o velho Blau descreve um momento de sua vida em que, ante a possibilidade de ser posto em dúvida o crédito nele depositado, chegara a pensar em suicídio. Trata-se do conto inicial, “Trezentas onças”, em um tempo em que Blau, protagonista, tropeava. No episódio em questão, ele carrega uma guaiaca repleta de ouro, pertencente ao patrão e que, ao longo da viagem, é perdida, para desespero seu:

Tinha perdido trezentas onças de ouro que levava, para pagamento de gados que ia levantar.

[...]

Eu era mui pobre — e ainda hoje, é como vancê sabe... —; estava começando a vida, e o dinheiro era do meu patrão, um charqueador, sujeito de contas mui limpas e brabo como uma manga de pedras...

[...]

Então, senti frio dentro da alma..., o meu patrão ia dizer que eu o havia roubado!... roubado!... Pois então eu ia lá perder as onças!... Qual! Ladrão, ladrão, é que era!...

E logo uma tenção ruim entrou-me nos miolos: eu devia matar-me, para não sofrer a vergonha daquela suposição (LOPES NETO, 2003, p. 308-310).

Ao lembrar-se da família, que sem ele restaria desamparada, Blau desiste do intento. O conto termina com um “final feliz”, no qual a personagem recupera a guaiaca, localizada por uma comitiva de tropeiros. Estes, assim como Blau, são dotados de honra e lealdade, qualidades que os impelem a devolver o ouro encontrado, mantendo-se, assim, entre as pessoas “de bem”, cujo valor maior, como já se viu, é a confiança. “E houve uma risada grande de gente boa. / Eu também fiquei-me rindo, olhando para a guaiaca e para o guaipeva, arrolhadito aos meus pés...” (LOPES NETO, 2003, p. 312). O que o conto não revela, ou antes, o que resta diluído pelo riso, ao final, é que, com exceção do alívio sentido por Blau ante a recuperação do ouro e, portanto, mantida intacta a sua honra, assim como a daqueles que devolveram a guaiaca, nada vai mudar em sua condição de *gaúcho pobre*. Ele, assim como os outros tropeiros, continuará em situação de precariedade, dependendo da confiança dos “graúdos” para garantir o próprio sustento.

É forçoso ressaltar que, ao tratar de sua situação econômica, Blau não se refere apenas ao passado, ao tempo da história narrada. Seu relato permite-nos inferir que a situação permaneceu inalterada ao longo dos anos. “Eu **era** mui pobre — e **ainda hoje**, é como vancê sabe...” (LOPES NETO, 2003, p. 308, grifos meus). Ao longo de oitenta e oito anos, depois de participar de importantes conflitos, de figurar em meio a eventos e personagens de vulto, o que teria ele angariado ou acumulado, além dos causos com que

entretém homens moços e/ou forasteiros? Ao que tudo indica, ele nada possui de seu, além do cavalo e do facão, como tantos outros gaúchos. Talvez essa seja uma das razões pela qual se dispõe a narrar, haja vista que as histórias acumuladas ao longo da vida são o seu maior (talvez o único) legado.

Da mesma forma, é digna de observação a personagem Jango Jorge, do conto intitulado “Contrabandista”. Também ele, “[t]inha vindo das guerras do outro tempo; foi um dos que peleou na batalha de Ituzaingo; foi do esquadrão do general José de Abreu” (LOPES NETO, 2003, p. 376), mas, já pelos noventa anos, cruzava a fronteira a fim de buscar o enxoval de casamento da filha, exercendo mais uma vez o contrabando, atividade com que, a exemplo de outros, “contribuiu” para a formação histórica do Estado, mas em razão da qual acaba por ser morto, crivado de bala pela guarda.

Levando-se em conta o ponto de vista de Blau Nunes, o modo como ele se refere ao episódio, parece que o fato de a atividade desenvolvida por Jango Jorge ser considerada ilegal é apenas um “pormenor”, diante de interesses maiores e coletivos. O narrador trata de lembrar, a propósito, um tempo em que o contrabando nada mais era do que um “mal necessário”, fundamental à sobrevivência dos gaúchos que, entregues à própria sorte, obtinham através dos contrabandistas aquilo que o governo não cuidava de garantir: armas, munição e outros utensílios essenciais à própria defesa e à manutenção dos territórios:

Foi o tempo do manda-quem-pode!... E foi o tempo que o gaúcho, o seu cavalo e o seu facão, sozinhos, conquistaram e defenderam estes pagos!

Quem governava aqui o continente era um chefe que se chamava o capitão-general; ele dava as sesmarias mas não garantia o pelego dos sesmeiros.... (LOPES NETO, 2003, p. 378).

Da maneira como Blau retoma a História, expondo mais uma vez os seus avessos, resta a impressão de que homens como Jango Jorge não cometiam uma atividade condenável, antes “serviam” aos interesses do Rio Grande do Sul e de sua gente, razão pela qual chega-se ao final do conto com a impressão de que “ilegal” ou inaceitável só mesmo a morte da personagem. Nesse sentido, é crucial a análise de Flávio Loureiro Chaves, que assevera:

Quando ao final do conto ele é morto pela guarda, já possui a inteira simpatia – até a adesão – do narrador e do leitor. Seu ato “ilegal”, contrabandeando o vestido de noiva, fica duplamente justificado e sancionado: ao nível da ficção propriamente dita não é senão um gesto de amor filial; ao nível da “História”, quem morre é um herói gaúcho, um desses que para fazer a História precisou ser “um rei pequeno” e, não podendo ser jamais aceito na ordem institucional, acaba de ser sacrificado na engrenagem absurda (CHAVES, 2001, p. 165-166)

De fato, fica-se com a desagradável sensação de que o *gaúcho pobre* nada mais é do que uma peça útil na engrenagem que se vinha firmando ao longo da História do Rio Grande do Sul; é como se não se tratasse de um indivíduo, um homem a ser valorizado, mas, sim, um objeto pronto a ser substituído, ou simplesmente descartado, eliminado a qualquer momento, uma vez que não mais servisse aos interesses da camada dominante. Assim sendo, a aura heroica, a valorização do homem dos pampas, como bem tem apontado a crítica ao longo dos anos, seria apenas uma construção ideológica, um meio

de o gaúcho ordinário sentir-se “igualado” aos detentores do poder econômico e/ou político e, feliz, “irmão”, colaborativo e leal, continuar a servir-lhes.

Ao fim e ao cabo, o que parece se destacar em *Contos Gauchescos*, talvez mais do que os valores e os feitos comumente atribuídos ao gaúcho, é a desvalorização do homem, desvalorização esta que tende a intensificar-se cada vez mais com o avanço da modernização. Ao tempo do relato, já a vida comunitária e/ou livre do campo⁵, que Blau Nunes ainda vivenciou, pouco a pouco é relegada ao passado. O anseio pelo lucro, as práticas capitalistas e/ou políticas e o conseqüente deslocamento em direção à cidade, crescente em meados do século XIX, rompem com a “aura mágica” com que se envolvia (ou encobria) a realidade que, cada vez mais dura, em lugar de heróis, passava a produzir homens despidos de tudo, até mesmo da afamada dignidade.

O gaúcho humilde, aparentemente equiparado pelas lutas aos “senhores dos pampas”, se mostraria, então, separado por estratos sociais bem definidos que, passada a tormenta, emergiriam de modo patente, bem demarcadas as posições, os limites, as atitudes que se permitiam adotar, os espaços por onde se podia ou não circular, que já não seriam os mesmos de tempos remotos, de épocas em que os “campos eram meio sem dono, era uma pampa aberta, sem estrada nem divisa, apenas os trilhos do gado cruzando-se entre aguadas e querências.” (LOPES NETO, 2003, p. 321).

Não é por mero acaso, portanto, que o último conto escolhido por Simões Lopes Neto para integrar *Contos Gauchescos*, conforme a obra foi elaborada e editada ainda em vida, foi justamente “Batendo orelha!”, como bem lembra Ligia Chiappini, enfatizando que tal conto

[f]oi escolhido para fechar a obra porque é muito diferente dos anteriores, na sua maneira de organizar a narrativa. O paralelismo entre o cavalo e o homem estabelece um cruzamento entre metáfora e metonímia, entrosando organicamente os dois destinos, nessa descida vertiginosa da exploração e da alienação capitalistas (CHIAPPINI, 1988, p. 302)

Homem e cavalo, figuras forjadas como uma só na prosa romântica de Alencar, em um misto de mitificação, valorização e reconhecimento da então considerada basilar contribuição na formação da História sul-rio-grandense e americana, também se destacam na prosa simoniana. Ali, contudo, não se unem pela glória, mas, sim, pelas mazelas sofridas ao longo da sua existência, que culminam em uma derrocada desprovida de qualquer heroísmo ou exaltação, antes inspirando a piedade. Passado o tempo de parceria, em que ambos serviram ao exército, emprestando sua força e juventude, logo a imagem altiva, garbosa, tradicionalmente inspirada pelo homem e o cavalo, dá lugar a outras figuras. Pouco a pouco, ambos se vão degradando, assolados pela fome, pela sede, pelo frio, cansaço, “mataduras e manqueiras”, até que nada mais lhes resta, a não ser puxar carroça.

O cavalo, nascido “lindo e gordo”, com o passar do tempo “já nem engordava mais, e todo ovado estava. O fiscal do regimento, sem uma palavra de — Deus te pague — mandou vendê-lo em leilão, como um cisco da estrebaria. Um carroceiro comprou-o,

⁵ Ilustrada, especialmente, no conto “Correr aguada”, em que os homens trabalham e divertem-se juntos, dividindo o mate e as histórias, por entre as estâncias abertas, sem atentar, ainda, para questões referentes à propriedade privada e ao individualismo. Àquele tempo, diferente do que estava por vir, ainda era permitido aos homens viverem despreocupados quanto a cercas e/ou limites, ganhos ou vantagens, satisfazendo-se em desfrutar a natureza, a liberdade e a companhia dos demais.

por patação e meio, com as ferraduras” (LOPES NETO, 2003, p. 405). De mesma sorte o homem, com a saúde comprometida, “teve baixa, por incapaz, com o bofe em petição de miséria; e saiu da fileira sem mais família e sem saber ofício. Saiu com cinco patacas, de resto do soldo, e sem o capote. Foi então ser carregador de esquina.” (LOPES NETO, 2003, p. 405-406). Maltratados pelos homens, enfraquecidos pela faina diária, incapazes de romper pelos pampas e desbravar coxilhas, o cavalo empaca e o homem se entrega à bebida. Ambos tornam-se marginais em meio à sociedade que já há muito se voltara apenas à produção e ao lucro. Desprovidos de serventia, ao “bicho mau”⁶, ao homem absorvido pela sanha do progresso e do capitalismo, cuja manutenção necessita de “peças” úteis, em boas condições, só resta eliminá-los:

O carroceiro um dia, furioso, meteu o cabo do relho entre as orelhas do empacador e... matou-o.

A policia uma noite prendeu o borrachão, que resistiu, entonado; apanhou estouros... e foi para o hospital, golfando sangue; e esticou o molambo. (LOPES NETO, 2003, p. 406).

Antes da edição de 1949, em que o conto “O menininho do presépio” foi incorporado aos demais, era com esse, “Batendo orelha”, que se encerrava o livro de Simões Lopes Neto. Desprovido de mascaramentos ou de elogios românticos, o conto rompia, definitivamente, com a figura idealizada do “centauro dos pampas”, que já ao longo da obra vinha sendo, em vários momentos, posta sob dúvida. Esse entendimento é corroborado por Flávio Loureiro Chaves que, embora o considere “o mais fraco dentre todos os que formam os *Contos Gauchescos*”, afirma que

Batendo Orelha! é a culminância da atitude através da qual o narrador, perguntando e duvidando, acaba por colocar sob julgamento os conceitos impostos pela tradição vigente no meio social fotografado nos *Contos Gauchescos*: o heroísmo, a valentia, o machismo, a afirmação épica. (CHAVES, 2001, p. 172).

Os apregoados e enaltecidos valores atribuídos ao gaúcho, pilares aparentemente sólidos e inatacáveis, já então se mostravam frágeis. A aura que envolvia o habitante dos pampas, irremediavelmente perdida, corrompida pela modernização e pela corrida rumo ao lucro, era suplantada pela exploração e pela degradação dos homens. O conto, em última análise, é um canto agônico, derradeira homenagem, talvez, a homens, cavalos e histórias que restam relegados às páginas do livro, na voz do velho narrador, também fadado ao desaparecimento.

4. Considerações finais

⁶ “Cuê-pucha!... é bicho mau, o homem!” (LOPES NETO, 2003, p. 337), é a frase com a qual se inicia o conto “O boi velho”, em que a ambição e a degradação também são habilmente exploradas, neste caso tomando como objeto o boi Cabiúna que, depois de anos servindo à família Silva, “uns Silvas mui políticos”, envelhece e é morto, sem qualquer consideração, para aproveitar-se o couro, única coisa com valor comercial que ele ainda tinha a oferecer. Diferente de “Correr eguada”, em que se travava verdadeira luta entre homens e animais, tomada a ação como disputa saudável, “divertimento”, no caso de “O boi velho” o que se narra é a síntese da crueldade humana, da “covardia que foi matar um boi velho e indefeso, para aproveitar um simples couro” (CHIAPPINI, 1988, p. 306).

Tendo em vista que o espaço de um artigo não é suficiente para abordar todas as nuances envolvendo a construção identitária do gaúcho, o gauchismo ou a História do povo do Rio Grande do Sul, optou-se por fazer um breve recorte que, certamente, não esgota a questão, mas lança algumas pistas sobre o tema, oportunizando que novas (e possivelmente mais apuradas) reflexões venham à tona futuramente. Por ora, à guisa de conclusão, vale retomar certos pontos examinados que, por sua importância, merecem que se teça ainda e/ou se reforce alguns comentários a respeito.

Em primeiro lugar, de acordo com os apontamentos que foram esboçados no decorrer do texto, pode-se depreender que a imagem do homem sul-rio-grandense se foi moldando ao longo do tempo, em virtude de uma série de acontecimentos e/ou interesses históricos, políticos e sociais, como aquele que de certo modo se afirma com pouco entusiasmo no que concerne à identidade nacional, mas não titubeia em fazê-lo no âmbito da sua região; antes (e talvez se possa dizer “acima”) de ser brasileiro, é *gaúcho*. Não se pode perder de vista, entretanto, que esse *status* de gaúcho é tão somente um construto, uma figura urdida no correr dos anos, em decorrência de variados fatores. Seu nascimento se deu a partir de um contexto de guerras, lutas pela manutenção e, especialmente, de certo ressentimento e/ou sensação de abandono experimentada por aqueles a quem o governo central só parecia lembrar quando necessitava de corpos presentes na defesa das fronteiras.

Assim, como resposta, ou como forma de resistência, se foi produzindo no imaginário popular a figura mítica, heroica, o *gaúcho*, como o representante maior de todos aqueles nascidos em solo sul-rio-grandense, povo “forte, aguerrido e bravo”, conforme o hino do Rio Grande do Sul. Sobrevivendo aos infortúnios, aos “inimigos”, bem como aos desmandos e ao descaso do governo, erigiu-se o “monarca das coxilhas”, que a literatura cuidou de imortalizar. Com o passar do tempo, *gaúcho* deixou de ser um termo pejorativo, como fora outrora, e passou a designar os sul-rio-grandenses, de modo a “identificar” àqueles que “compartilham” das mesmas ideias, valores, costumes, vestimentas, tradições, etc. Forjou-se, então, uma imagem única, que se pretendia marcada por traços e características próprias e, principalmente, que necessitava ser preservada ante qualquer possibilidade de deturpação ou apagamento.

Desde José de Alencar, cuja prosa romântica inaugurou a figura do “centauro dos pampas” como forma de identificar cavalo e cavaleiro em uma só imagem, cresceu o interesse pelo homem pampiano, por suas histórias (ou História) e seus costumes que, tomados como tema literário, cuidaram de reforçar a crença em um sistema de valores pelos quais o gaúcho acabaria por ser consagrado e que, neste caso, fazem referência a um homem pleno de virtudes, dotado de honra, lealdade e espírito combativo, que não se deixa abater diante de guerras ou de intempéries.

No que diz respeito a Simões Lopes Neto, não se pode negar a vinculação à tradição que lhe precede, tomando o cenário e o homem dos pampas como mote para a escrita. Assim sendo, sobressaem nas páginas dos *Contos Gauchescos* paisagens, animais, valores e fatos históricos que já seus antecessores da chamada literatura regionalista haviam descrito, transpondo para as páginas da literatura um rol de personagens e eventos que contribuíram, ao longo do tempo, para trazer à luz e/ou fortalecer a imagem mítica do gaúcho conforme se notabilizou.

Entretanto, seguindo o rastro da tradição, ao mesmo tempo em que rompe com ela, o autor parece ter elegido o mito não apenas para render-lhe homenagens, mas – e talvez principalmente – para retirar-lhe a aura de semideus, humanizando-o e abrindo

caminho para um novo legado que já não se prenderia a heróis, antes tratando de homens, não se furtando a expor-lhe as chagas, as cicatrizes, os vícios e as mazelas a que estavam cada vez mais expostos, como mais tarde se veria pelas mãos de outros autores que, ainda tomando o homem dos pampas como mote, apresentariam não mais o centauro, mas, sim, *o gaúcho a pé*, homem sem cavalo, bem ilustrado por Cyro Martins e a geração de 1930.

A partir da migração do campo para a cidade, as aclamadas características do que se convencionou chamar *gaúcho* vão perdendo força e/ou valor em meio ao espaço urbano no qual ele se depara com um novo cenário, no qual passa a ser “o outro”, inadequado, inadaptado. A identidade, que não é fato, mas construto, passa por um processo de estranhamento, de confusão e necessidade de recriação, sob pena de não integrar-se. Apesar disso, e desconsiderando a formação heterogênea dos habitantes do sul e do restante do país, determinados grupos ainda se prendem a uma falsa noção, segundo a qual o gaúcho é pensado como figura hegemônica, figura essa que centra em si características únicas e “indiscutíveis”, inerentes a todos aqueles que nascem em solo sul-rio-grandense.

O que causa incômodo a muitos críticos e revisionistas, contudo, não é especialmente a figura do gaúcho, conforme concebida e mantida ao longo dos anos. Homens de bombacha, *peleadores*, que apreciam o mate e o churrasco, decerto que há, independente do fato de frequentarem ou não os afamados centros de tradições gaúchas. O problema, ao que parece, reside na tentativa de reduzir a essa figura singular e a uma única cultura, ou seja, de “unificar”, restringindo a uma “imagem consolidada” todo um rol de pessoas que, ainda que nascidas em solo sul-rio-grandense e, portanto, gaúchas, possuem diferentes hábitos, origens e/ou posicionamentos. Quando se fala em “o gaúcho” e/ou “a cultura gaúcha”, geralmente se está posicionando a partir do modelo perpetuado pelos tradicionalistas, que não necessariamente se coaduna com a realidade, e que é, acima de tudo, excludente, na medida em que desconsidera a pluralidade, a diversidade de etnias, culturas e/ou saberes que formaram e continuarão formando os sul-rio-grandenses.

Expressões como “eu sou gaúcho/a”, “eu sou do sul”, ou outras mais, podem (e muito provavelmente vão) continuar fazendo parte do cotidiano e/ou do imaginário dos “gaúchos e gaúchas de todas as querências”, mas é preciso que se abra espaço para o debate, para o entendimento acerca de seu real significado, que é muito mais amplo do que a *pilcha*, o churrasco, o chimarrão, ou mesmo o “20 de setembro”⁷. São gaúchos e gaúchas, porque assim se convencionou chamar os/as nascidos/as em solo sul-rio-grandense, solo que é mantido, construído e reconstruído diariamente, mesmo por aqueles que vestem *jeans*, comem hambúrguer, ou são vegetarianos, bebem refrigerante, água, café, comemoram setembro, outubro, novembro, dezembro... As diferenças existem e não são poucas. Falta ainda existir o devido reconhecimento e o respeito à individualidade que, talvez, venham a ser as nossas principais “façanhas”. Ainda que não sirvam “de modelo a toda a terra”, certamente podem representar um grande e saudável avanço.

REFERÊNCIAS

⁷

Feriado em homenagem à Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha.

- ALENCAR, José de. *O Gaúcho*. São Paulo: Editora Três, [s/d].
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet; Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v. 1).
- BORDINI, Maria da Glória. Atuação do narrador. In: FILIPOUSKI, Ana Mariza et al. *Simões Lopes Neto: a invenção, o mito e a mentira*. Porto Alegre: Movimento I. E. L., 1973.
- BOSI, Alfredo. *O conto brasileiro contemporâneo*. 11a. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: *Textos de intervenção*. Apresentação e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002. p. 77-92.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *Simões Lopes Neto*. 2a. ed. rev. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Ed. da Universidade, 2001.
- CHIAPPINI, Ligia. *No entretanto dos tempos: Literatura e História em João Simões Lopes Neto*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LESSA, Barbosa. Porteira Aberta. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (coordenadores). *Nós, os gaúchos*. 4a. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 72-76.
- LOPES NETO, João Simões. *Obra completa*. Organizado por Paulo Betancur; Ilustrado por Enio Squeff. Porto Alegre: Sulina, 2003.